

LEI MUNICIPAL Nº 5.823, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a taxa de coleta, remoção e destinação de lixo.

DIVALDO LARA, Prefeito Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores de Bagé, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,

LEI:

Art. 1º. A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de coleta, remoção e destinação de lixo, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 2º. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel edificado lindeiro à via ou logradouro público, abrangido pelo serviço de coleta, remoção e destinação de lixo.

§ 1º. Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso à via ou logradouro público, por ruas ou passagens particulares, entrada de viela ou assemelhados.

§ 2º. Ficam isentos os imóveis localizados dentro do perímetro urbano da cidade, em áreas que não tenham nenhuma forma dos serviços de coleta, remoção e destinação de lixo.

Art. 3º. A base de cálculo da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo é o valor estimado da prestação de serviços para imóveis de uso residencial e não residencial.

Parágrafo único. Considera-se imóvel não residencial aquele destinado para instalação de escritórios, comércio, indústria ou qualquer outra atividade que não seja residencial.

Art. 4º. Os imóveis terão tantas taxas quantas matrículas distintas no cadastro imobiliário, observando o tipo de utilização.

§ 1º. Não consideram-se unidades distintas os imóveis utilizados pelos proprietários para moradia e exploração de atividades econômicas como microempreendedor individual, desde que esta seja sua única propriedade.

§ 2º. O contribuinte enquadrado no §1º. deste artigo irá recolher apenas a taxa de coleta, remoção e destinação de lixo residencial.

Art. 5º. A taxa será calculada da seguinte forma:

RESIDENCIAL	NÃO RESIDENCIAL
Zonas Especial, 1ª, 2ª e 3ª	Zonas Especial, 1ª, 2ª e 3ª
Percentual: 55% da URP 2017	Percentual: 100% da URP 2017
Zona 4ª	Zona 4ª
Percentual: 38% da URP 2017	Percentual: 64% da URP 2017

Parágrafo único. Os valores acima serão reajustados, anualmente, pelos índices oficiais de correção monetária, adotados pelo Município.

Art. 6º. O pagamento da taxa de coleta e remoção de lixo poderá ser efetuado em 11 (onze) parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento no dia 10 (dez) de fevereiro, os demais no mesmo dia, nos meses subsequentes.

Parágrafo único. O Contribuinte poderá optar pelo pagamento das parcelas no dia 20 (vinte) de cada mês, devendo, nesse caso, requerer através de processo administrativo a troca de datas para o pagamento das parcelas mensais.

Art. 7º. Os valores não recolhidos nos prazos legais estabelecidos, serão acrescidos de multa de 10% (dez por cento), juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária anualmente.

Art. 8º. Não se incluem nas disposições desta Lei a prestação dos serviços de coleta, remoção e destinação de lixo hospitalar e de resíduos industriais, que será objeto de legislação específica.

Art. 9º. Fica expressamente revogada a Lei nº. 3.284/95.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BAGÉ, 27 de outubro de 2017.

DIVALDO LARA
Prefeito Municipal

EDUARDO DEIBLER
Secretário/GEPLAN